

**GARIMPANDO MEMÓRIAS:
ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA, LAZER E DANÇA**

Organizadoras:

Silvana Vilodre Goellner
Angelita Alice Jaeger

Porto Alegre
Outubro - 2006

FICHA CATALOGRÁFICA

© dos autores

1ª edição: 2007

Direitos reservados desta edição:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Flavio Gonçalves

Revisão: Fernanda Kautzmann

Editoração eletrônica: Vanessa da Silva/ Gênese Artes Gráficas

G232 Garimpendo memórias: esporte, educação física, lazer e dança /
organizado por Silvana Vilodre Goellner e Angelita Alice Jaeger.

– Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

(Série Esporte, Lazer e Saúde)

Inclui referências.

Inclui quadros.

1. Educação física. 2. Memória e sociedade. 3. Lazer. 4. Esportes.
5. Dança. 6. Práticas corporais. 7. Práticas esportivas. 8. Mulheres –
Corpos – História. I. Goellner, Silvana Vilodre. II. Jaeger, Angelita
Alice. III. Série.

CDU 796

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.

(Ana Lucia Wagner – Bibliotecária responsável CRB10/1396)

ISBN 978-85-7025-931-8

MULHERES, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS:
REFLEXÕES SOBRE O FAZER HISTORIOGRÁFICO

Silvana Vilodre Goellner⁶⁷

E nem escrever, não, não acho mais que seja trabalho. Durante muito tempo achei que era. Agora não acho mais. Acho que é um não-trabalho. É atingir o não trabalho. O texto, o equilíbrio do texto, é um espaço em si que é preciso reencontrar. Aqui não posso mais falar de uma economia, de uma forma, não, e sim de uma relação de forças. Não posso dizer mais que isso. É preciso chegar a dominar o que ocorre de repente. Lutar contra uma força que some e que somos obrigados a capturar sob pena de que ela se ultrapasse e se perca. Sob pena de aniquilar sua coerência desordenada e insubstituível. Não trabalhar é abrir esse vazio para deixar que venha o imprevisível, a evidência. Abandonar, depois retomar, voltar atrás, ficar inconsolável tanto por ter deixado quanto por ter abandonado. Desobstruir de si. E depois, às vezes, sim, escrever. Todos andamos atrás desses instantes em que nos retiramos de nós mesmos, desse anonimato para nós mesmos que trazemos em nós. Não sabemos, não temos noção de tudo aquilo que fazemos.

Escrever, antes de mais nada, é um testemunho dessa ignorância, daquilo que é possível acontecer enquanto estamos ali, sentados à chamada mesa de trabalho, daquilo que engendra aquele fato material, de estarmos sentados diante de uma mesa com as coisas necessárias para formar as letras sobre a página ainda intocada (DURAS, 1988, p.24).

Ao pensar na escrita deste texto, cuja proposta primeira é refletir sobre algumas questões teóricas e metodológicas que envolvem a pesquisa sobre histórias das mulheres, veio à minha memória esse texto de Marguerite Duras. Longe da pretensão de me inspirar na sua genialidade e na beleza de sua escrita, recorro ao texto pelo que dele em mim reverbera nesse momento em que estou debruçada sobre a mesa de trabalho na espera do imprevisível e da evidência.

⁶⁷ Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano/ESEF/UFRGS, Coordenadora do Centro de Memória do Esporte e da Rede CEDES. Coordenadora do GRECCO (Grupo de estudos sobre Cultura e Corpo)

⁶⁸ Uma tradução do texto foi publicada pela Revista Educação & Realidade no ano de 1990 a partir de uma versão francesa. Em 1995, o mesmo periódico veicula nova versão traduzida do texto original em inglês.

Momentos de solidão, às vezes partilhada, onde me abandono e me reencontro e onde pulsam, com intensidade, prazer, paciência, ousadia e receio.

Há algum tempo tenho escrito sobre mulheres, seus corpos, suas histórias. Se hoje me identifico com essa temática é porque ela tem uma história que é pessoal e é política. Uma história que vem se construindo e se transformando onde, ao mesmo tempo em que testemunha uma vivência individual, produz elementos teóricos que ultrapassam os limites de minha subjetividade, mesmo que eu identifique que o texto que ora escrevo seja também eu.

O fazer historiográfico e nele as mulheres e suas múltiplas histórias

A adoção de Clio como a “Musa da História” percorre diferentes temporalidades e espacialidades. A imagem mítica da deusa que traz nas mãos o estilete que escreve e a trombeta que anuncia, há muito vem construindo representações acerca do fazer historiográfico assinalando ser a necessidade de fazer lembrar uma preocupação humana.

Fazer lembrar, mas também fazer esquecer, na medida em que, ao contar sobre um tempo que já não é mais, a História tanto pode “celebrar” o que deve ser lembrado quanto “invisibilizar” o que deve ser esquecido. A mão que busca em Clio a inspiração para escrever História é e será sempre uma mão encarnada, isto é, a narrativa a ser escrita/digitada no papel é resultante de um entrelaçamento de objetividades e subjetividades, de percepções, de olhares, de possibilidades de análises e estas são sempre datadas. Em última instância, a História é, ela própria, historicamente datada, está ancorada no tempo e tem narrado o mundo de acordo com interesses, pessoais, políticos, sociais, econômicos, culturais, étnicos, etc, evidenciando, sobretudo, a impossibilidade de descrever o real como ele é. “Toda a pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural e está submetido a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade” (CERTEAU, 1982, p. 66). Em outras palavras: a História é um dos muitos discursos que existem acerca do mundo, do real e da humanidade tendo sua territorialidade atrelada ao que já aconteceu, ao passado.

Ainda que sejam palavras próximas, vale ressaltar, que História e passado

são coisas absolutamente diferentes visto que

o passado e a história não estão unidos um ao outro de tal maneira que se possa ter apenas uma leitura histórica do passado. O passado e a história existem livres um do outro; estão muito distantes entre si no tempo e no espaço. Isto porque o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado por diferentes práticas discursivas (...) ao mesmo tempo em que, em cada uma destas práticas, há diferentes leituras interpretativas no tempo e no espaço (JENKINS, 2004, p. 24).

Entender a História como uma narrativa ou como um discurso sobre o real pressupõe aceitar que ela está longe de revelar uma suposta verdade acontecida no passado ou se constituir como o próprio passado, como se pensava outrora. Significa perceber que o conhecimento histórico é uma construção que envolve inúmeras reflexões como, por exemplo, sobre as fontes a serem trabalhadas, as opções teórico-metodológicas, a trama, a tessitura do texto, as interpretações, a narrativa, a subjetividade de quem escreve e a mediação entre o passado (objeto de investigação) e o presente (tempo no qual escreve o/a historiador/a). “A História tem como meta atingir a verdade do acontecido, mas não como mimesis. Entre aquilo que teve lugar um dia, em um tempo físico já transcorrido e irreversível, e o texto que conta o que aconteceu, há uma mediação” (PESAVENTO, 2003, p. 50).

Nesse sentido é possível afirmar que o trabalho historiográfico busca se aproximar o máximo possível do que aconteceu um dia e que o/a historiador/a pode relatar um tempo transcorrido mesmo que esse mesmo tempo ou fato relatado possa ser objeto de outras tantas versões. Trabalha, portanto, não com a verdade mas com a verossimilhança. Para tanto constrói “uma trama e uma narrativa do passado a partir das fontes existentes, dos recursos teórico-

metodológicos escolhidos e de um olhar, dentre vários outros possíveis, marcado por nossa atualidade, vale dizer, por nossa inserção cultural e social, enfim, por nossa própria subjetividade” (RAGO, 2004, p. 10).

Nas palavras de Sandra Pesavento “tudo o que foi um dia poderá vir a ser contado de outra forma, cabendo ao historiador elaborar uma versão plausível, verossímil de como foi. Mesmo admitindo uma certa invariabilidade no ter sido, as formas de narrar o como foi são múltiplas e isso implica colocar em xeque a veracidade dos fatos” (2003, p. 51).

Pensando no que comumente tem sido denominado de “História das Mulheres” é possível vislumbrar um horizonte pleno de multiplicidades, de interpretações, de olhares, de formas de narrar suas trajetórias, histórias de vida, biografias, ações políticas, culturais, esportivas, entre outras. Essa multiplicidade advém tanto das configurações teóricas e metodológicas adotadas pelas/os historiadoras/es, quanto das questões afetas à compreensão que se têm acerca do objeto específico de investigação, ou seja, sobre as próprias mulheres. Isso significa afirmar que na historiografia sobre mulheres tanto se pode encontrar abordagens que tratam das mulheres como um bloco uníssono quanto aquelas que as analisam ressaltando suas particularidades e diferenças.

Nesse particular torna-se pertinente ressaltar a importância dos atravessamentos disciplinares visto que a História, ao dialogar com a literatura, com os estudos de gênero e com as epistemologias feministas, tem permitido a emergência de diferentes práticas discursivas conferindo visibilidade às mulheres como sujeitos históricos. Razão pela qual não há como falar de uma

“História das Mulheres”, mas de “histórias” e de “mulheres”, onde inexiste uma hegemonização do fazer historiográfico visto que as mulheres são plurais e que as abordagens possíveis de narrá-las podem ser absolutamente diversas.

Identificada, por vezes, como parte do que se poderia dizer de uma historiografia dos excluídos, o campo acadêmico “História das Mulheres” buscou se diferenciar da historiografia oficial que, de certa maneira, ao abordar a História dos homens como da espécie e não do gênero, acabou por cunhar a memória da humanidade e sua História a partir do masculino. Invisibilizado acadêmica e politicamente o fazer das mulheres foi narrado a partir da idéia de um sujeito genérico universal representado, nas sociedades ocidentais, como sendo o homem, branco, heterossexual e cristão.

Marcar a diferença talvez tenha sido o primeiro grande passo da historiografia feminista que, ancorada em diferentes aportes epistemológicos, políticos e metodológicos, construiu uma narrativa tão diversa quanto necessária. Em que pesem as especificidades e a contribuição de cada uma destas abordagens para o desenvolvimento do campo acadêmico “História das Mulheres”, creio ser relevante destacar o ensaio publicado em 1986 pela historiadora norte-americana Joan Scott, intitulado “Gender: a useful category of historical analysis”⁶⁸.

Considerado como um clássico dos estudos de gênero este texto trouxe significativa importância ao campo da historiografia contemporânea, seja porque lançou luzes sobre o conceito de “gênero” como uma categoria analítica, seja porque introduziu, no campo “História das Mulheres”, a perspectiva pós-estruturalista. Guacira Louro, utilizando-se das análises de Kathleen Canning

explicita algumas das razões pelas quais esse texto se tornou uma referência.

Vejam os:

Ao introduzir a teoria pós-estruturalista na História das Mulheres/de Gênero, Scott assentou os fundamentos para uma reinterpretação crítica de conceitos tais como experiência, agência e identidade e colocou gênero no coração das nascentes discussões históricas do pós-estruturalismo. Ainda que a História das Mulheres/de Gênero preparasse o terreno em muitos aspectos para a virada lingüística, as respostas freqüentemente cáusticas ao desafio de Scott deixam claro que este é também um campo no qual os riscos do debate são particularmente altos (CANNING apud LOURO, 1995, p. 104-105).

Não apenas o fazer historiográfico é questionado por Scott quando propõe uma História analítica e não descritiva como também a designação “História das Mulheres” é colocada em suspeição, na medida em que atribui ao gênero uma categoria imperante da análise histórica visto que masculino e feminino são construções sociais e históricas. Com astúcia e ousadia, Scott alerta para emergência de uma análise histórica relacional, visto que ser masculino só pode ser entendido a partir do que se institui como sendo feminino e vice-versa.

Surgido na década de 70, no contexto anglo-saxão, a partir de algumas vertentes da denominada segunda onda feminismo, o termo “gênero” permitiu alavancar uma produção acadêmica larga e importante, tanto no campo historiográfico quanto fora dele. Partindo da afirmação de que não é apenas o sexo anatômico que estabelece diferenças entre homens e mulheres mas, também, aspectos sociais, históricos e culturais esse conceito desestabilizou a noção da existência de um determinismo biológico cuja proposição primeira estava ancorada na afirmação de que homens e mulheres constroem-se masculinos e femininos pelas diferenças corporais e que essas diferenças justificam determinadas desigualdades, atribuem funções sociais, determinam papéis a serem desempenhados por um ou outro sexo (Goellner, 2001).

O termo “gênero”, quando olhado por essa ótica, desnaturalizou o comumente considerado “natural” evocando novas ordens epistemológicas para compreender os fenômenos humanos. Evocando, como escreve Scott, mudanças paradigmáticas, vale dizer, não apenas mudanças de perspectivas teóricas no uso da categoria gênero mas, ainda, uma mudança radical na forma de fazer História. “Em vez da busca de origens únicas, temos de

pensar nos processos como estando tão interconectados que não podem ser separados (...) devemos buscar não a causalidade geral e universal mas uma explicação baseada no significado“ (SCOTT, 1995, p. 85-6).

Ainda com relação ao termo gênero é necessário considerar que este não é um termo unívoco. Num primeiro momento esteve relacionado aos estudos das mulheres, mais especificamente àqueles estudos que advinham de uma militância feminista dos anos 60 e 70 do século XX e que trazia como uma das suas intenções denunciar a situação de dominação da mulher em relação ao homem. Mais especificamente no campo historiográfico abordagens como esta revelavam a quase invisibilidade das mulheres como sujeitos, seja nas grandes narrativas sobre a História da humanidade, seja como protagonistas na própria produção historiográfica. Reivindicavam à História a tarefa de salientar a importância da participação das mulheres na constituição das sociedades e culturas, reconhecê-las no espaço público e político e nos meandros do cotidiano.

Esse movimento produz e é também produzido pela própria crise paradigmática da historiografia moderna, onde as abordagens tradicionais da escrita da História, cuja objetividade se propunha a narrar os grandes feitos, fatos políticos e heróis (e não heroínas), passa a ser substituído por outros fazeres historiográficos que possibilitaram o surgimento de novos objetos, problemas, instrumentos analíticos e fontes. Despontam, a partir dessa crise, temas como História dos negros, dos operários, das mulheres, do cotidiano, das coisas, das instituições.... objetos de investigação até então marginalizados pela historiografia tradicional. Nesse sentido, não há como pensar a “História das Mulheres”, sem estabelecer conexões com outros campos temáticos, tais como os estudos sobre gênero, sexualidade e, sobretudo, com os aportes epistemológicos feministas. Essa ressalva deve ser mencionada visto ser o movimento feminista, desde a sua origem, aquele que mais reclamou às mulheres a sua condição de sujeito reivindicando, a desnaturalização das essências do humano. No dizer de Tânia Swain:

Os feminismos têm sido, assim, ponta de lança para a crítica da ciência, das verdades instituídas, dos valores transformados em leis, apontando para a historicidade absoluta do humano e dos sentidos criados em práticas discursivas, marcadas de tempo e de espaço e por elas

universalizadas. Fala-se inclusive de “o feminismo”, ignorando a pluralidade e a riqueza das análises produzidas em milhares de textos, marcando a produção do conhecimento no feminino da mesma essência única que se atribui às mulheres. De fato “o homem” designa o universal, o humano, “os homens”, as suas divisões individuais; a “mulher” aponta para uma espécie do humano, o “outro”, e “as mulheres” apenas o quantitativo (SWAIN, 2004).

Ainda que muitas reivindicações feministas possam ser semelhantes há que referenciar a impossibilidade de falar de feminismo no singular porque são múltiplas as suas vertentes e estas operam com conceitos e representações, por vezes, similares, por vezes contraditórias, inclusive no campo historiográfico. Nesse particular, mais do que entender as especificidades teóricas, conceituais e analíticas das diferentes e possíveis abordagens no que tange às histórias das mulheres me parece ser necessário registrar neste texto o deslocamento do foco investigativo, primeiro do termo “mulher” para “mulheres”. Aqui não é apenas uma mudança gramatical que está a acontecer, mas uma mudança de cunho epistemológico em que ‘mulher’, dotada de uma essência única e ‘verdadeira’, desdobra-se em mulheres, seres localizados em suas especificidades e experiências múltiplas (SWAIN, 2004).

Outro deslocamento importante pode ser situado na ampliação do próprio objeto de investigação pois não se trata mais de destacar que as mulheres, tanto quanto os homens, têm fecunda participação na História da humanidade mas, fundamentalmente, debruçar-se “na experiência coletiva de homens e mulheres no passado em toda a sua complexidade, bem como procurar um aprimoramento metodológico que permita recuperar os mecanismos de relações sociais entre os sexos e a contribuição de cada qual ao processo histórico” (MATOS, 1997, p. 79). De outra forma: enfatizar a aparição e o fortalecimento dentro do campo historiográfico da categoria analítica “gênero” que, por ser relacional, destaca que a construção de representações do feminino só se dá quando relacionada ao masculino (e vice versa) sendo ambas produzidas social, cultural e historicamente.

No que respeita ao conceito de gênero, diferentes vertentes feministas operam com diferentes configurações do termo embora de uma forma mais abrangente estejam ligadas à desnaturalização de que o sexo anatômico será determinante na imposição das diferenças entre homens e mulheres e, conseqüentemente, dos locais sociais atribuídos a cada um deles. Dagmar Meyer, ao analisar a constituição do campo dos estudos feministas e sua articulação com a categoria gênero, explicita:

Como construção social do sexo, gênero foi (e continua sendo) usado, então, por algumas estudiosas, como um conceito que se opunha a - ou complementava a -

noção de sexo e pretendia referir-se aos comportamentos, atitudes ou traços de personalidade que a cultura inscrevia sobre o corpo sexuado. Nestas perspectivas, a ênfase na construção social de gênero não foi, necessariamente, acompanhada de problematizações acerca de uma “natureza” biológica universalizável do corpo e do sexo. Ou seja, em algumas dessas vertentes continua(va)-se operando com o pressuposto de que o social e a cultura agem sobre uma base biológica universal que os antecede (2003, p. 15).

É exatamente a universalização e a fixidez das bases biológicas um dos pontos a inaugurar um outro olhar sobre o gênero oriundo da produção do feminismo pós-estruturalista. Esta abordagem encontra fundamentação nas teorizações de Michel Foucault e Jacques Derrida, quando privilegiam a centralidade da linguagem como um local de produção das relações que a cultura estabelece entre corpo, sujeito, conhecimento e poder. Para essa perspectiva teórica, o conceito de gênero engloba, também, as formas de construção social, cultural e lingüística que estão implicadas nos processos de diferenciação entre mulheres e homens, levando em consideração, portanto, que as instituições, as leis, as políticas, as normas, enfim, os processos simbólicos de cada cultura, ao mesmo tempo em que são constituídas por representações de masculinidade e feminilidade, produzem essas representações ou, ainda, as ressignificam (Meyer, 2000).

A vertente pós-estruturalista, ao operar com o conceito de gênero, projeta para o termo uma configuração que está para além da sua recorrência como uma categoria analítica. O gênero é observado como algo que integra a identidade do sujeito, que faz parte da pessoa e a constitui. Decorre dessa representação uma importante diferenciação com relação a outras abordagens feministas e historiográficas, que ao analisarem as mulheres e suas historicidades, recorrem a conceitos como os de estereótipo e/ou papéis sexuais. Papéis e estereótipos revelam-se como estruturas fixas baseadas em padrões ou regras estabelecidas por cada sociedade. Assim, os sujeitos aprendem a ser homens e mulheres adaptando-se ou aprendendo a comportar-se de acordo com esses papéis. Nesse caso, ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e feminilidades, como

também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros (LOURO, 1997, p. 24).

Enfim, para os estudos decorrentes do pós-estruturalismo, masculinidade e feminilidade se definem reciprocamente visto não existir nenhuma essência à priori determinada para uma e outra identidade. Essas identidades, ao contrário, são produzidas na cultura não havendo uma fixidez na sua produção. Rejeitam, por conseguinte, a idéia da existência de uma essência que está colocada para um e outro sexo uma vez que não se está a considerar a construção cultural dos gêneros, mas a enfatizar um caráter já fixado da condição humana.

Para os estudos decorrentes do pós-estruturalismo os sujeitos não são apenas homens ou mulheres, mas homens e mulheres de várias etnias, classes, religiões, gerações, etc, portanto, há diferentes mulheres e diferentes homens sendo que suas identidades se constroem ao longo da vida através de inúmeras práticas sociais.

Quando associada aos estudos históricos, essa vertente teórica enfatiza que a História, mais do que revelar verdades, busca fissurar o passado, reivindicando “a poderosa força da imaginação para detectar o possível, o silenciado, os comportamentos e relações humanas que não obedecem aos estereótipos e padrões; aponta para um universo onde a fissura é a superfície, pois reconhece como construídos os paradigmas de “mentalidades hegemônicas” ou de “visões de mundo”, compartilhadas por uma maioria” (SWAIN, 2004). Escrever, portanto, sobre as mulheres e suas histórias “é mais do que nunca uma atividade política, recusando a repetição do mesmo, aquele murmúrio infindável de reafirmação da ordem, de criação incessante de um mundo pensado de forma binária, conjugado no masculino, nas articulações de poder, nas economias gerais do saber, construtoras de hierarquias, diferenças e desigualdades” (Ibid., 2004).

Ao me identificar com essa compreensão acerca do fazer historiográfico passo a apontar algumas questões que considero requerer atenção de quem se lança aos desafios do pesquisar.

História e Histórias: algumas considerações teórico-metodológicas

A “escolha” de uma prática de pesquisa, dentre outras, diz respeito ao modo como fomos e estamos subjetivadas/os, como entramos no jogo de saberes e como nos relacionamos com o poder. Por isto, não escolhemos, de um arsenal de método, aquele que melhor nos atende, mas somos “escolhidas/os” (e esta expressão tem, na maioria das vezes, um sabor amargo) pelo que foi historicamente possível de ser enunciado; que para nós adquiriu sentidos; e que também nos

significou, nos subjetivou, nos (as)sujeitou
(CORAZZA, 2002, p. 124).

Adotar como objeto de investigação as mulheres e suas historicidades é, sem dúvida alguma, uma opção individual e está permeada por significações que cada autora/a empreende ao seu esforço investigativo. É também político porque circunscrito ao ambiente acadêmico, onde temáticas como essas encontram-se, muitas vezes, nas zonas de sombra sendo responsabilidade do/a pesquisador/a trazê-las à luz, conquistar espaços, atribuir-lhes sentidos. Político também porque fazer pesquisa implica em fazer opções epistemológicas e metodológicas e estas nunca são neutras nem a-históricas.

Portanto, ao refletir sobre algumas questões que envolvem meu fazer historiográfico, quero chamar a atenção para alguns pontos que considero extremamente relevantes, a saber: a concepção de História e a consequente ancoragem teórica da pesquisa, o papel do/a pesquisador/a, a produção das fontes, a construção da narrativa, a interpretação e a tessitura do texto.

Compreendo a História como uma narrativa capaz de fazer conhecer um tempo que já passou, rememorando, assim, o passado no presente. É, pois, uma tentativa de estabelecer nexos entre diferentes épocas estando ciente de que o passado é algo que se pode conhecer e que esse conhecer é coisa em movimento, que se transforma ininterruptamente. Daí a História ser sempre um entre-tempos onde o/a historiador/a produz uma possível versão do acontecido a partir dos vestígios que conseguiu reunir do tempo transcorrido e do seu próprio tempo na medida em que está imerso nele, sendo por ele subjetivado.

Esse entre-tempos do texto produzido é um ato, simultaneamente, individual e social. Um ato que requer disciplina, conhecimento teórico-metodológico, capacidade de observação e, sobretudo, de imaginação. Refiro-me, enfim, a escrita da História não como uma possibilidade de recuperar ou revelar o que está no passado, mas de reconstruir esse passado a partir das fontes que nos permitimos buscar e do olhar que sobre ela debruçamos. Nas palavras de Jenkins “o passado que “conhecemos” é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio “presente“. Assim como somos produtos do passado, assim também o passado conhecido (a história) é um artefato nosso. Ninguém, não importando quão imerso esteja no passado, consegue

despojar-se de seu conhecimento e de suas pressuposições” (2004, p. 33).

Falo, portanto, da figura do/a historiador/a e, por conseguinte, da produção das fontes. Digo produção porque um documento, uma imagem, um artefato não são fontes históricas em si. O/a pesquisador/a é que lhe atribui esse significado a partir das questões que levanta para pesquisar, das indagações que faz sobre esse documento, da trama a partir do qual o documento é engendrado e sobre a qual ele pode falar. O documento é uma fonte porque alguém lhe conferiu voz.

A figura do narrador – no caso o historiador, que narra o acontecido – é a de alguém que mediatiza, que realiza uma seleção dos dados disponíveis, que tece relações entre eles, que os dispõe em uma seqüência dada e dá inteligibilidade ao texto. Tais atividades envolvem a montagem de uma intriga, a urdidura de um enredo, a decifração de um enigma. O narrador é aquele que se vale da retórica, que escolhe as palavras e constrói os argumentos, que escolhe a linguagem e o tratamento dado ao texto, que fornece uma explicação e busca convencer (PESAVENTO, 2003, p. 50).

Com relação às fontes a serem analisadas, antes de tudo é, pertinente ressaltar que aquilo que determina as fontes é exatamente o problema a ser investigado. É aquilo que está sendo colocado em questão, em suspeição, aquilo que se está problematizando. Feita essa escolha, o ofício de historiar começa a aflorar. Como afirma De Certeau:

Em história tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela (a história) consiste em produzir tais documentos mudando ao mesmo tempo seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em isolar um corpo, como se faz em física, e em desfigurar as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto proposto a priori. (...) Longe de aceitar os dados, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso e que o destinam a um emprego coerente (1982, p. 65).

Em se tratando de fontes, elas podem ser múltiplas e de diferentes tipos.

Documentos oficiais, jornais, revistas, diários, correspondências, atas, livros de registros, de receitas e tantos outros documentos escritos podem se tornar fontes importantes de pesquisa bem como fotografias, objetos, utensílios, ferramentas, prédios arquitetônicos, monumentos, vestuário, quadros, filmes.... Enfim, tudo pode vir a ser uma fonte histórica desde que articulada ao problema a ser investigado e ao período da investigação. Ou seja, qualquer produção, seja ela de uma pessoa, grupo, instituição pode vir a contribuir para o entendimento de uma determinada época e isso só será possível se houver uma articulação com a pergunta inicial a que se quer responder.

Quanto mais diversas forem as fontes de pesquisa mais possibilidade se tem de aproximar-se de acontecido. No entanto, não basta acessar uma infinidade de fontes se aquele/a que escreve não souber lhes dar voz, ou seja, se não tiver a capacidade de confrontá-las e de colocá-las em diálogo.

Tecer a trama a partir dos vestígios escolhidos para serem analisados resulta de um processo minucioso e árduo que envolve a tarefa de delimitar uma temática de investigação, de vasculhar o maior número possível de fontes e fazê-las dialogar, de mergulhar nas análises, de garimpar as palavras para produzir a escrita, de reunir condições e argumentos para dar a ver e de instigar a imaginação porque imaginar não significa, simplesmente fantasiar. Quando se pensa em pesquisa histórica é necessário vislumbrar no horizonte analítico o componente da ficção pois, de certa forma ele também se faz presente na urdidura das histórias. Ficção entendida, aqui, a partir da percepção de Natalie Davis, e que está muito longe da idéia de se constituir como sinônimo de fantasia ou de falsidade. Para essa autora, a ficção é uma possibilidade de invenção absoluta dos dados do real, ou ainda “aquilo que é trabalhado, construído ou criado a partir do que existe” (DAVIS apud PESAVENTO, 2003, p. 53). Razão pela qual imaginar e interpretar são partes de um mesmo processo. Vale dizer, então que interpretar, quando se pensa na escrita histórica, é muito mais do que expor dados.

Interpretar é traduzir. O prazer de interpretar emerge do trabalho dedicado de conhecer aos poucos, das confrontações, de um pacto entre inteligências solidárias que vão se percebendo num jogo de aproximações e distanciamentos. Por esse motivo interpretar a história é voltar a um começo possível. O caminho de volta, no entanto, não é um simples

retorno. O começo ao qual retornamos avançando já é um ponto diferente do inicial. Esta tensão se insinua na efetiva dificuldade que é problematizar o instituído e pensar simultaneamente nas diversas faces do problema construído (NUNES, 1996, p. 24).

Interpretação, erudição, relação da teoria com a empiria, imaginação, ficção... palavras relacionadas à investigação histórica e, de certa forma, ao fazer historiográfico. Isto é, ao que se pode traduzir como o percurso metodológico sobre o qual se constrói um texto, uma pesquisa.

Uma primeira questão a ser pensada é que o método não pode ser concebido como algo a aprisionar a investigação. Ele não é dado à priori. O problema a ser investigado é que chama os procedimentos metodológicos, os instrumentos analíticos a serem adotados e estes estão sempre em construção. O fazer metodológico na pesquisa histórica deriva tanto do problema como também da perspectiva teórica que ilumina o olhar do/a pesquisador/a.

“Montar, combinar, compor, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário, eis o segredo do qual a História se vale, para atingir os sentidos partilhados pelos homens (e mulheres) de um outro tempo” (PESAVENTO, 2003, p. 65). Em outras palavras: conjugar textos, ampliar fontes, interpretar silêncios, ler o não escrito, investigar.... molhar-se no tempo estudado, evitar os anacronismos, observar a linguagem, estar atento à imprevisibilidade, desconfiar do óbvio, articular hipóteses, evocar interpretações, garimpar palavras, expor idéias, dizer sobre e, também, dizer-se.

Para Clarice Nunes, fazer pesquisa histórica prescinde de saber articular. E a articulação exige:

Uma decisão e uma iniciativa de exercê-la; o emprego de abstrações adequadas à apropriação dos referenciais teóricos e das fontes de pesquisa; o pensamento relacional que desestabiliza a rotina e os “cães de guarda teórico-metodológicos”; o discernimento que se apóia numa operação complexa e que permite ao historiador avaliar a herança recebida para avançar além dela. A complexidade do ato articulador pressupõe inúmeras ações: censuras, inclusões, partilhas, recusas, desvios, empréstimos, aproximações, afastamentos, comentários, associações, recriações, análises e sínteses (NUNES, 1986, p. 24).

Em síntese, pensar no “como fazer uma pesquisa historiográfica” significa, sobretudo, não fetichizar o método mas saber articular o tema, as fontes e o aporte teórico valendo-se assim de uma profundidade interpretativa explorando todas as possibilidades, não apenas aquelas que as fontes oferecem mas, ainda, dos dados oriundos do contexto no qual o trabalho se insere. E também do extratexto, que nada mais é do que toda a bagagem que o/a historiador/a possui e que se refere ao contexto mais amplo podendo intervir na estratégia de cruzamento com os dados em análise (Pesavento, 2003).

Dessa capacidade interpretativa e da fluidez e densidade da retórica depende o trabalho de pesquisa e esta tarefa que é árdua, e requer determinação, ousadia, responsabilidade, disciplina e rigor, independente da temática abordada. É, sim, um pressuposto e também uma intencionalidade a dirigir um jeito de fazer pesquisa que extrapola o academicismo e investe na produção do conhecimento como um ato político de exercício de liberdade.

Visibilidades Conquistadas: Mulheres e Histórias

Os homens – no masculino e no feminino, na infância, na juventude, na maturidade e na velhice, do nascimento até à morte – não vivem apenas no meio dos objectos e dos pensamentos de todos os dias, vivem com o seu corpo, por meio do seu corpo. Este objecto de estudo da anatomia, da fisiologia, da biologia, transformou-se também em objecto da história. As representações colectivas do corpo, esse suporte da saúde, da doença, do exercício físico, da sexualidade são diferentes, conforme as sociedades e as épocas. A história do corpo só assume todo o seu significado ao nível do quotidiano (LE GOFF, 1994, p. 8).

Ao investigar sobre as mulheres, seus corpos e suas histórias procuro trazê-las à luz em espaços onde, por vezes, figuram como coadjuvantes ou simplesmente são invisibilizadas. Mulheres cujas memórias dizem de um outro tempo e que, na teia das relações, fizeram suas próprias histórias de sucessos, fracassos, frustrações e conquistas. Minha escrita sobre as mulheres, em especial no campo das práticas corporais e esportivas, está enredada no percurso narrativo do texto que ora escrevi. Parte da representação primeira de

que, acadêmica e politicamente, é impossível falar da mulher no singular muito menos de um jeito feminino de ser como algo fixo e essencial. Sustentando essa proposição, trilho um fazer historiográfico fazendo ver a impossibilidade de uma versão única e verdadeira para as mulheres e suas múltiplas historicidades.

Se para iniciar o esse texto partilhei meu sentir com Marguerite Duras, para concluir recorro à Clarice Lispector, por tudo que aqui escrevi.

Não, nem a pergunta eu soubera fazer. No entanto, a resposta se impunha a mim desde que eu nascera. Fora por causa da resposta contínua que eu, em caminho inverso, fora obrigada a buscar a que pergunta ela respondia (1994, 61).

Referências

- BLOCH, M. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.
- CERTEAU, M. de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CORAZZA, S. M. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In COSTA, Mariza V. (Org.) *Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- DURAS, M. *Os olhos verdes*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1988.
- JENKINS, K. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LISPECTOR, C. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1994.
- LE GOFF, J. A História do Quotidiano. In: ARIÈS, P., DUBY, G. e LE GOFF, Jacques. *História e Nova História*. Lisboa: teorema, 1994.
- LOURO, G. L. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol 2, nº 20, p. 101-132, jul/dez.1995.
- _____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997
- GOELLNER, S.V. Gênero, Educação Física e esportes. In. VOTRE, Sebastião (org). *Imagário & representações sociais em educação física, esporte e lazer*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001.

_____. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica*. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

MATOS, M. I. S. de. Gênero e História: percursos e possibilidades. In: SCHPUN, Mônica R. *Gênero sem Fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

MEYER, D. E. Cultura teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul: articulando gênero com raça, classe nação e religião. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 135-62, jan/jul. 2000.

_____. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira, NECKEL, Jane e GOELLNER, Silvana V. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo em educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NUNES, C. Os desafios da pesquisa histórica. In: RODRIGUES, Maritita A. A. et al. *Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Belo Horizonte: UFMG/EEF, 1996.

PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RAGO, M. A História repensada com ousadia. In: JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, jul/dez 1995.

SWAIN, T. N. Intertextualidade: perspectivas feministas e foucaultianas. *Labrys: estudos feministas*, vol 4, jan/jul 2004. Disponível em <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys5/textos/eubr.htm>>. Acesso em 02 fev. 2005.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.